

Marcellus Polastri Lima

Doutor e Mestre em Direito – Ciências Penais – pela UFMG
Professor-Doutor (Adjunto) da UFES (Graduação e Mestrado)
Procurador de Justiça-RJ

Pesquisador em Processo Penal Comparado no Departamento de Direito Penal, Estrangeiro
e Internacional da Universidade de Göttingen (Alemanha)
Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual

CURSO DE PROCESSO PENAL

8^a edição

Já na forma das Leis n^o 12.681, 12.763 e
12.654 de 2012 e Leis 12.830 e 12.878 de 2013.



Gazeta Jurídica

Brasília
2014

8ª edição - 2014

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na publicação.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

L697c

8. ed.

Polastri Lima, Marcellus

Curso de processo penal / Marcellus Polastri Lima. - 8. ed. - Brasília,
DF : Gazeta Jurídica, 2014.

1288 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-67426-08-2

1. Direito penal. 2. Processo penal . I. Título.

14-08251

CDU: 343.1(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SHIS. QL 02, Conjunto 5 Casa 14, Lago Sul

CEP: 71610-055 - Brasília - DF

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

Sumário

CAPÍTULO I

O PROCESSO PENAL	1
1. Processo penal. Conceito. Processo e procedimento. Objeto.....	1
2. Teorias do processo. A relação processual penal. Natureza jurídica e finalidade do processo penal	16
3. Sistemas processuais. Princípios processuais e garantias processuais penais.....	22
4. O direito processual penal. Relações com outras disciplinas e ciências auxiliares. As fontes do direito processual penal	52
4.1 Fonte de produção	53
4.2 Fontes formais	55
5. Interpretação da lei processual penal.....	60
6. A lei processual no tempo.....	65
7. A lei processual no espaço.....	70

CAPÍTULO II

A INVESTIGAÇÃO PENAL	73
1. Persecução penal. Duplicidade. Fase investigatória	73
2. O inquérito policial. Finalidade. Não exclusividade natureza.....	77
2.1 A investigação própria por parte do Ministério Público	81
2.2 Validade probatória dos atos do inquérito. Vícios do inquérito.....	90
3. Características do inquérito. Obrigatoriedade. Indisponibilidade. Discricionariedade na condução do inquérito. Sigilo.....	92
3.1 A Lei dos Juizados Especiais Criminais (Procedimento sumaríssimo). O termo circunstanciado.....	101
4. Formas de instauração do inquérito policial. O procedimento do inquérito policial.....	105
4.1 Instauração em caso de ação penal pública incondicionada	106
4.2 Instauração em caso de ação penal pública condicionada	110
4.3 Instauração em caso de ação penal privada	112
4.4 O flagrante delito como forma de instauração de inquérito.....	115
5. Procedimento do inquérito. O indiciamento. O indiciado menor. Incomunicabilidade. Lei 12.654/2012 (Identificação genética). Prazo. Encerramento.....	115
6. O controle externo pelo Ministério Público. A devolução para novas diligências	125
7. Controle de legalidade. O juiz garantidor	134
8. Investigação em casos de prerrogativa de função	135

CAPÍTULO III

O ARQUIVAMENTO	139
1. Arquivamento. Artigo 28 do CPP	139
2. A promoção de arquivamento.....	144
3. Razões que autorizam o arquivamento	145
4. Efeitos do arquivamento. O art. 18 do CPP. O desarquivamento	157
4.1 O chamado “arquivamento implícito”	164
4.2 O chamado arquivamento indireto	168

5. A revisão do arquivamento pelo Procurador-Geral de Justiça.....	169
5.1 Arquivamento pelo Procurador-Geral de Justiça em feitos de sua atribuição originária.....	171

CAPÍTULO IV

A AÇÃO PENAL.....	175
1. A persecução penal. Fase processual.....	175
2. Ação. Ação penal. Conceito. A pretensão punitiva.....	176
3. As condições para o exercício da ação penal	181
3.1 A possibilidade jurídica do pedido.....	183
3.2 Legitimidade para agir (<i>legitimatío ad causam e ad processum</i>)	185
3.3 Interesse de agir	187
3.4 A justa causa	190
4. Condições de procedibilidade e pressupostos processuais	195
5. A ação penal. Espécies. Ação penal condenatória e suas formas	203
6. A ação penal pública	204
6.1 Ação penal pública incondicionada.....	209
6.2 Ação penal pública condicionada.....	211
6.3 A peça inicial da ação penal pública. A denúncia. Conceito. Forma. Requisitos e conteúdo.....	228
6.4 Requisitos da denúncia. Requisitos essenciais e não essenciais ..	233
6.4.1 A qualificação do acusado	233
6.4.2 Exposição do fato criminoso.....	235
6.4.3 Classificação do crime.....	237
6.4.4 Rol de testemunhas.....	238
6.4.5 Prazo de oferecimento da denúncia	239
6.4.6 Admissibilidade e vícios da denúncia.....	241
6.5 O aditamento à denúncia. Conceito. Admissibilidade e legitimidade	247
6.5.1 Aditamento espontâneo.....	252
6.5.2 Aditamento provocado	263
6.5.3 Recebimento e rejeição do aditamento	266
7. Ação penal privada.....	268
7.1 Ação penal privada exclusiva	270

7.2 Ação penal privada subsidiária da pública.....	279
7.2.1 A peça inicial da ação penal privada. A queixa-crime	282
7.2.2 Aditamento à queixa-crime	283

CAPÍTULO V

AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	287
1. A satisfação do dano proveniente da infração penal.....	287
2. Sistemas processuais de reparação do dano. A multa reparatória do CTB	289
3. A execução da sentença penal no juízo cível	291
4. A ação civil independente	303
5. Efeitos da sentença absolutória penal	305

CAPÍTULO VI

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	311
1. A jurisdição penal	311
2. A competência	318
2.1 A competência pelo local da infração (<i>ratione loci</i>).....	322
2.2 Competência fixada pelo domicílio ou residência do réu (<i>forum domicilii</i>)	326
2.3 Competência pela natureza da infração. As Justiças Especiais ...	327
2.4 Competência por distribuição.....	330
2.5 Competência por prevenção	331
2.6 Competência por prerrogativa de função (<i>ratione personae</i>).....	333
2.7 A competência da Justiça Federal	341
2.8 A conexão e a continência.....	344
2.9 Disposições especiais do CPP.....	354
2.10 Competência relativa e competência absoluta.....	355
2.11 A atribuição	357

CAPÍTULO VII

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	361
1. Breve introdução.....	361
2. Das questões prejudiciais	362

3. Das questões prejudiciais heterogêneas. Sistemas de solução.	
O sistema do CPP.....	364
3.1 A prejudicialidade obrigatória do Art. 92 do CPP	365
3.2 A prejudicialidade facultativa do Art. 93 do CPP.....	369
4. Dos processos incidentes	373
5. As exceções	374
5.1 Suspeição. Impedimento. Incompatibilidade	375
5.2 Incompetência	384
5.3 Litispendência	385
5.4 Coisa julgada	387
6. Ilegitimidade de parte.....	389
7. Conflito de jurisdição	391
7.1 O conflito de atribuições.....	393
8. O incidente de falsidade	401
9. O incidente de insanidade mental.....	404

CAPÍTULO VIII

DA PROVA	409
1. Prova penal e sistema acusatório. Conceito de prova penal.....	409
2. Objeto, sujeito e meio de prova.....	419
3. Ônus da prova.....	424
4. Classificação das provas	435
5. Os princípios da prova	441
5.1 O princípio da auto-responsabilidade das partes	441
5.2 O princípio da aquisição ou comunhão da prova	442
5.3 O princípio da audiência contraditória	442
5.4 O princípio da oralidade (consequência: identidade física do juiz) ..	442
5.5 O princípio da concentração (igualmente: identidade física do juiz por consequência)	445
5.6 O princípio da publicidade	446
5.7 O princípio do livre convencimento motivado.....	447
6. Meios de aquisição da prova. Limites ao direito à prova.....	447
7. A prova vedada. Prova ilícita e ilegítima	452

8. Sistemas de avaliação da prova pelo juiz	491
9. Da prova pericial.....	494
10. O interrogatório.....	511
11. A confissão. A chamada de co-réu	532
12. Declarações do ofendido.....	539
13. Testemunhas	541
14. Do reconhecimento de pessoas e coisas	564
15. Da acareação	567
16. Os documentos	570
17. Os indícios.....	574
18. A busca e apreensão	579

CAPÍTULO IX

DOS SUJEITOS PROCESSUAIS	581
1. O juiz.....	582
2. O Ministério Público.....	585
3. O acusado e seu defensor	589
4. O assistente.....	594
5. Auxiliares da Justiça	603

CAPÍTULO X

CAUTELARES NO PROCESSO PENAL	605
1. As medidas cautelares no processo penal	605
2. Cautelares típicas e poder geral de cautela no processo penal	614
2.1 As cautelares típicas.....	614
2.2 Poder geral de cautela no processo penal	617
3. Medidas cautelares relativas à prova.....	625
3.1 A busca e apreensão.....	626
3.2 A produção antecipada de prova testemunhal. Outras hipóteses esparsas	640
4. Medidas cautelares reais.....	646
4.1 Restituição de coisas apreendidas	647

4.2	As chamadas medidas assecuratórias	655
4.2.1	O sequestro.....	656
4.2.2	O arresto.....	663
4.2.3	A especialização de hipoteca legal	669
5.	Medidas cautelares pessoais. A prisão cautelar.....	674
5.1	A prisão em flagrante.....	691
5.2	A prisão temporária.....	706
5.3	A prisão preventiva.....	714
5.3.1	A prisão preventiva decretada ou mantida em face da decisão de pronúncia.....	734
5.3.2	A prisão preventiva decretada ou mantida em caso de sentença condenatória recorrível	739
5.4	A revogada prisão cautelar para fins administrativos	748
6.	As novas medidas cautelares trazidas pela Lei 12.403/2011	752
6.1	A prisão domiciliar	753
6.2	As demais medidas substitutivas da prisão.....	755
6.2.1	Comparecimento periódico ao juízo.....	755
6.2.2	Proibição de acesso ou frequência a locais.....	756
6.2.3	Proibição de contato com pessoa	756
6.2.4	Proibição de ausentar-se da Comarca	757
6.2.5	Recolhimento domiciliar	757
6.2.6	A suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica e financeira	758
6.2.7	Internação provisória de imputável ou semi-imputável....	759
6.2.8	Fiança para assegurar comparecimento do imputado a atos processuais e quando resultar perigo ao processo	761
6.2.9	O monitoramento eletrônico	762
6.2.10	Proibição de ausentar-se do país	763
7.	A liberdade provisória (contracautelas).....	764
7.1	Relaxamento de prisão e liberdade provisória. Diferenciação	764
7.2	Liberdade sem fiança. Liberdade sem vínculo e com vínculo. Hipóteses de liberdade provisória	770
7.2.1	O antigo, e agora revogado, “livrar-se solto”. A nova solução	770
7.2.2	O Art. 310 do CPP e seu parágrafo único	775
7.2.3	Outras hipóteses de liberdade provisória	791

7.3 Liberdade provisória com fiança	792
7.4 Outras questões: as modificações ocorridas e a lei no tempo. A detração penal. Existe o contraditório na apreciação da medida cautelar?	802

CAPÍTULO XI

OS ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL	807
1. Atos processuais. Atos de comunicação	807
2. Atos de comunicação processual	808
2.1 A citação	809
2.2 A suspensão do processo do réu ausente	817
2.2.1 A lei e o direito intertemporal	817
2.2.2 O alcance da norma	821
2.2.3 O recurso cabível	823
2.2.4 As medidas cautelares em consequência da suspensão do processo	825
2.3 Notificações e intimações	832

CAPÍTULO XII

OS PROCEDIMENTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	835
1. Processo e procedimento	835
2. Classificação dos procedimentos	838
3. Recebimento da inicial, a defesa prévia e o julgamento antecipado...	842
4. Dos procedimentos comuns	859
4.1 Procedimento ordinário	859
4.2 Do procedimento sumário	872
4.3 Do procedimento sumaríssimo. Os Juizados Especiais Criminais...	878
4.3.1 A conciliação ou acordo civil	895
4.3.2 A transação penal	899
4.3.3 O <i>sursis</i> processual (suspensão condicional do processo)...	907
4.3.4 A representação para o delito de lesões corporais	918
4.4 O procedimento nos Juizados Especiais Criminais	923
5. O procedimento do Júri	939

5.1 Júri. Origem. Histórico. Previsão e princípios constitucionais	939
5.1.1 Procedimento do Júri. Rito bifásico ou escalonado	944
5.1.2 A fase do <i>iudicium accusationis</i>	944
5.1.3 As decisões intermediárias: pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e desclassificação	955
5.1.4 A fase do <i>judicium causae</i> ou do plenário.....	973
6. Os procedimentos especiais	1013
6.1 O procedimento dos crimes falimentares.....	1015
6.2 O procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	1024
6.3 O procedimento dos crimes contra a honra	1027
6.4 O procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial	1031
6.5 Procedimentos de competência originária dos Tribunais	1033

CAPÍTULO XIII

AS DECISÕES NO PROCESSO PENAL. A SENTENÇA . 1041

1. Espécies de decisões.....	1041
2. A sentença. Classificações. Requisitos formais.....	1043
3. Correlação entre sentença e imputação.....	1046
4. A sentença condenatória.....	1064
5. A sentença absolutória	1068
6. A intimação da sentença.....	1073
7. A coisa julgada no processo penal	1076

CAPÍTULO XIV

A NULIDADE 1081

1. Vícios dos atos processuais. Inexistência, nulidade e irregularidade. Distinção. Efeitos	1081
2. Nulidade. Conceito. Identificação. Princípios	1087
3. Nulidade absoluta e relativa. Decretação da nulidade	1091
4. Rol legal de nulidades e momento de sua alegação	1095
5. Conseqüências e extensão da decretação da nulidade	1119
6. Aproveitamento do vício processual.....	1121
7. Regras especiais do CPP relativas à nulidade.....	1122

CAPÍTULO XV

OS RECURSOS NO PROCESSO PENAL	1127
1. A teoria geral dos recursos	1127
1.1 Origem, conceito e caracteres	1127
1.2 Pressupostos recursais. Condições de admissibilidade.....	1129
1.3 Princípios dos recursos.....	1136
1.4 Classificações dos recursos.....	1137
1.5 Efeitos dos recursos	1138
2. Os recursos em espécie	1139
2.1 Recurso em sentido estrito.....	1139
2.2 Apelação	1148
2.3 Embargos de declaração	1161
2.4 Embargos infringentes ou de nulidade	1162
2.5 Carta testemunhável.....	1163
2.6 A questão da revogação do protesto por novo júri	1164
2.7 Correição parcial ou reclamação ordinária.....	1166
2.7.1 Embargos infringentes em hipóteses de julgamento de agentes com prerrogativa de função	1171
3. Recursos para Tribunais Superiores	1176
3.1 Recurso ordinário	1176
3.2 Recurso extraordinário e recurso especial, requisitos gerais. Pressupostos comuns	1177
3.2.1 Não se admite discussão de prova.....	1184
3.2.2 Existência de uma causa. Processo civil e penal	1186
3.2.3 O direito local.....	1189
3.2.4 O questionamento	1189
3.2.5 Decisão proferida em única ou última instância	1192
3.2.6 Fundamentação dupla pois exige, dependendo da hipótese, dois recursos.....	1194
3.2.7 Recursos excepcionais criminais e efeito suspensivo	1195
3.3 Pressupostos específicos para o recurso extraordinário. Hipóteses de cabimento	1199
3.3.1 A repercussão geral (“filtro recursal”) é aplicável no processo penal?	1201
3.3.2 O sobrestamento.....	1206

3.3.3 Pressupostos específicos para o Recurso Especial.	
Hipóteses de cabimento	1206
3.3.4 Procedimento dos Recursos Extraordinário e Especial...	1210
3.4 Embargos de divergência.....	1212
CAPÍTULO XVI	
OS RECURSOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS	
CRIMINAIS	1213
CAPÍTULO XVII	
AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO	1223
1. <i>Habeas Corpus</i>	1224
2. A Revisão Criminal	1234
CAPÍTULO XVIII	
A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	1241
REFERÊNCIAS	1247